

RESILIÊNCIA, SERVIÇO SOCIAL E O CRAS: TRAÇANDO CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO

Lúcia MIRANDA¹
Marcela Coladello FERRO²

RESUMO: O desemprego, a pobreza, a miséria, condições precárias de moradia, o não acesso à saúde e educação de qualidade, pano de fundo da expansão capitalista, provocam marcas profundas e efeitos negativos na vida nos indivíduos. Sabe-se que atualmente grande massa da população brasileira é deslocada a situações de adversidade que não favorecem o desenvolvimento das potencialidades humanas. Sob a perspectiva do processo de estreitamento da proteção social a Assistência Social como política social sob os avanços imprimidos com a implantação do SUAS, busca prover à proteção social a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com o aspecto da territorialização, tal política preconiza a execução da proteção social com a implantação dos CRAS, no qual atua diretamente com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais e da potencialização das famílias. Diante do exposto, a prática profissional em contextos de pobreza, exclusão, vulnerabilidade social gera a discussão sobre como certas pessoas são capazes de sobreviver a situações adversas e não desistem de lutar e buscar forças para resistir a condições precárias de existência. Paralelo a tal questionamento segue a necessidade de apreender a ação profissional do Assistente social como mediadora do desenvolvimento da resiliência, arquitetada por fatores de proteção social, no CRAS-Cambuci na cidade de Presidente Prudente.

Palavras-chave: Cras. Resiliência. Serviço social.

¹ Discente da Faculdade de Serviço Social das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente.

² Discente da Faculdade de Serviço Social nas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente e da graduação de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista- UNESP - Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente.

1 INTRODUÇÃO

Na trama social tecida pelo sistema capitalista, os novos tempos acentuam problemas sociais históricos delineados de forma drástica pelo avanço devastador de projetos neoliberais, que circunscreve o aprofundamento da questão social.

Neste cenário a insegurança social e a incerteza tomam conta do cotidiano das pessoas, que assistem à pulverização da proteção social simultaneamente ao desmonte dos direitos sociais. O desemprego, a pobreza, a miséria, condições precárias de moradia, o não acesso à saúde e educação de qualidade, pano de fundo da expansão capitalista, provocam marcas profundas e efeitos negativos na vida nos indivíduos pela sua própria maneira de coexistir socialmente sob tais condições. Sabe-se que atualmente grande massa da população brasileira é deslocada a situações de adversidade que não favorecem o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Sob a perspectiva do processo de estreitamento da proteção social a Assistência social como política social sob os avanços imprimidos com a implantação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), busca prover à proteção social a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo como pressuposto conhecer os processos de risco social a que estão os sujeitos, bem como estabelecer mecanismos estratégicos de enfrentamento das situações adversas.

Com o aspecto da territorialização, a Política de Assistência Social preconiza a execução da proteção social com a implantação dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), no qual atua diretamente com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais e da potencialização das famílias.

Com isso, O Cras constitui-se como campo de trabalho para o Assistente social, na medida em que o objeto de intervenção profissional são as expressões da questão social, vivenciadas no cotidiano desses indivíduos.

O Assistente social é desafiado diante do quadro atual a “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos” (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

Para a autora, “a questão social é ao mesmo tempo desigualdade e também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”.

Diante do exposto, a prática profissional em contextos de pobreza, exclusão, vulnerabilidade social gera a discussão sobre como certas pessoas são capazes de sobreviver a situações adversas e não desistirem de lutar e buscar forças para resistir a condições precárias de existência. Paralelo a tal questionamento segue a necessidade de apreender a ação profissional do Assistente social como mediadora do desenvolvimento da resiliência, arquitetada por fatores de proteção social.

Para tanto se faz necessário investigar a realidade social enfatizando conhecer os processos de resiliência e vulnerabilidade social enfatizando os fatores de risco e proteção que as famílias estão inseridas, no CRAS - Cambuci da cidade de Presidente Prudente, buscando compreender as características desse universo.

Ao abordarmos o estudo da resiliência, o presente artigo objetiva apresentar a possibilidade de um agir profissional do Assistente social capaz de potencializar e fortalecer as famílias que convivem com o risco e a vulnerabilidade social, no sentido de descobrir dentro delas mesmas a capacidade de viver qualitativamente em meio a situações adversas e buscar forças e alternativas que convergem em ações voltadas para a transformação da sua própria realidade.

2 CRAS: OS CAMINHOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

No sistema de proteção social brasileiro as políticas sociais são arquitetadas a partir da setorialização no qual se configura a tríade: Assistência social, previdência social e saúde.

Com os avanços neoliberais, a Assistência social mediante o acirramento da questão social inaugura a perspectiva de tornar visíveis socialmente

os setores da sociedade brasileira que historicamente são excluídos e vulneráveis colocados por determinantes sócio-históricos a situações de invisibilidade social.

Neste aspecto, o direcionamento descentralizado e participativo inscrito pelo SUAS, implica na necessária intervenção no contexto cotidiano desses sujeitos. Com isso, implanta-se os CRAS, com base territorial que busca conhecer e compreender a realidade social de famílias e indivíduos que experienciam a vulnerabilidade social, bem como objetiva articular a rede de proteção social na própria comunidade.

Sob a égide da proteção social básica o CRAS objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. “Destina-se à população que vive em situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, fragilização de vínculos afetivos e sociais.” A proteção social básica se caracteriza fundamentalmente em assegurar a segurança da sobrevivência, convívio familiar, qualidade de vida, a expansão das liberdades humanas.

Diante dessa prerrogativa o CRAS se constitui enquanto espaço privilegiado de acolhimento e fortalecimento do grupo familiar. A mediação com as políticas sociais públicas possibilita a inserção social das famílias na sociedade, porém limitar o espaço do CRAS, bem como o trabalho do Assistente social, profissional capacitado para efetivar os objetivos desse espaço, é restrito pensar que a mera execução de políticas sociais paliativas não rompem com o ciclo da exclusão, da pobreza, da vulnerabilidade social. Para que tal realidade se efetive, é necessário que o profissional tenha claro seu papel político, de ações profissionais que resulte em significativas mudanças na vida dessa população.

Com isso, afirma-se que o fortalecimento do grupo familiar e o resgate ou preservação dos vínculos familiares como ponto essencial para imprimir mudanças sociais. Neste sentido, considera-se importante o desenvolvimento da capacidade individual ou coletiva que as pessoas têm de resistir saudavelmente em condições adversas e desfavoráveis, cuja força de lutar e não desistir implica na possibilidade de impulsionar mudanças. Trata-se da resiliência, no qual o CRAS é considerado como espaço mediador do seu desenvolvimento, onde o profissional de Serviço social busca o fortalecimento das famílias, fazendo com que as pessoas descubram o potencial dentro delas mesmas e possam sobreviver em meio às

adversidades de forma saudável e mais do que isso conseguir fundamentar estratégias que resultem na mudança da qualidade de vida.

3 RESILIÊNCIA: ASPECTOS DO FORTALECIMENTO DO GRUPO FAMILIAR

Decorrentes de mudanças estruturais, do colapso do modelo Keynesiano, empregada pelo conceito liberal de proteção social, a política protecionista estatal somente assegurou expressão até meados da década de 70, onde a partir daí a expansão capitalista desenha novas formas de organização social.

É no contexto de minimização da figura protecionista estatal que os indivíduos experimentam a insegurança social, que segundo Castel (2005, p.08) fenômeno que atravessa:

[...] as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança, porque são sociedades de indivíduos que não encontram, nem em si mesmos, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção. Se é verdade que essas sociedades estão ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que o valorizam. [...] o sentimento de insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população. É antes o efeito de um desnível entre uma expectativa socialmente construída de proteções e capacidades efetivas de uma determinada sociedade de colocá-la em prática. A insegurança, em suma, é em grande parte o reverso da medalha numa sociedade de segurança.

Sabe-se que a capacidade protecionista estatal perde força mediante o neoliberalismo, que decorrente de um sistema capitalista que ao mesmo tempo em que expande sua capacidade produtiva, também expande a pobreza, a miséria, o desemprego, a insegurança, a instabilidade do trabalho, etc.

Desse modo, as mudanças objetivas engendradas pela a desigual produção e reprodução da vida social, geram marcas profundas da subjetividade das pessoas que experienciam cotidianamente a falta de segurança social, que causam efeitos devastadores em suas trajetórias de vida. Em meio à ordem social em que presenciamos atualmente, uma questão nos parece ser central, como as pessoas podem sobreviver invulneráveis diante de questões adversas e desfavoráveis que se

encontram colocadas e como encontrar potencialidades para lutar e transformar a sua própria vida.

Rutter (1999) apud AGLIO (2006, p. 24) “define resiliência como um fenômeno em que se supera o estresse e as adversidades”. Esclarece ainda que a “resiliência não constitui uma característica ou traço individual”.

Trata-se do desenvolvimento da capacidade de resistir e construir estratégias de conviver em ambientes desfavoráveis e condições difíceis e estressantes que auxiliam os indivíduos a superar as adversidades e problemas cotidianos, construindo mecanismos de proteção.

Segundo Morais e Koller (2004) apud AGLIO (2006, p. 31), a definição de resiliência:

A partir da compreensão da interação do indivíduo com o seu ambiente, implica o entendimento também dinâmico dos chamados fatores de risco e de proteção. Os fatores de risco estão relacionados a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes no seu contexto, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Já os fatores de proteção correspondem às influências que modificam ou alteram respostas individuais a determinados riscos de desadaptação.

Os fatores de risco e proteção devem ser investigados a partir da conjunção de quatro elementos que constituem a totalidade do ser social, tais como o contexto, a pessoa, o tempo histórico e os processos sociais em que estão inseridos.

Desse modo, Blum (1997) apud AGLIO (2006, p. 33) os “fatores de risco estão menos relacionados às conseqüências do comportamento e mais aos fatores que limitam a probabilidade de sucesso.” Neste sentido os fatores de risco englobam características tanto ambientais que favorecem a situação de risco e quanto características individuais de como as pessoas reagem perante a situação de vulnerabilidade.

Com isso, pode-se afirmar que a modificação da reação das pessoas perante a situação de risco ou vulnerabilidade social se constitui na resiliência, capacidade de resistir saudavelmente às adversidades.

Para tanto, o caminho traçado envolve os fatores de proteção no qual, objetiva reforçar para que os indivíduos não estejam sob os efeitos negativos do ambiente, ocorrendo uma mudança significativa na forma como os indivíduos se relacionam e enfrentam questões problemáticas e/ou adversas. Desse modo, os relacionamentos interpessoais e sociais assumem um outro significado.

Rutter (1987) apud AGLIO (2006, p.31) “afirma que a resiliência é o processo final de mecanismos de proteção que não eliminam o risco, mas encorajam o indivíduo a se engajar na situação de risco efetivamente”.

Sob o exposto, alguns mecanismos de proteção colaboram para a ocorrência de processos de proteção. Segundo Rutter (1987) apud AGLIO (2006 p.37):

Há quatro destes mecanismos: 1) redução do impacto dos riscos, ou seja, diminuir a exposição do indivíduo a um evento estressor; 2) redução das reações negativas em cadeia que acompanham a exposição do indivíduo em situação de risco; 3) estabelecimento e manutenção da auto-estima e da auto-eficácia, através da presença de relações de afeto seguras e incondicionais e o cumprimento de tarefas com sucesso; e, 4) capacidade criativa. Tomando estes mecanismos mencionados por Rutter, a rede de apoio social (centro de atividades da comunidade, posto de saúde, escola, entre outros) pode “funcionar” como um mecanismo de proteção ao disponibilizar espaço para convivências saudáveis, aprendizagem, reforço de habilidades e de capacidades sociais e emocionais importantes para o desenvolvimento.

É neste sentido, que o CRAS, como espaço de apoio social juntamente com o trabalho do profissional de Serviço Social pode atuar, construindo respostas profissionais sustentáveis, que tenham como produto o fortalecimento do grupo familiar para que possam enfrentar as situações de vulnerabilidade social.

Acreditamos que o trabalho do assistente social sob a perspectiva apresentada implica em mediar o desenvolvimento de pessoas resilientes que consigam lidar com as adversidades cotidianas, porém, mas do que isso é possível, pois pessoas fortes, confiantes, com auto-estima e invulneráveis a qualquer situação podem lutar para a transformação da sua qualidade de vida.

4 O EMPOWERMENT: UMA PERSPECTIVA DE AÇÃO PROFISSIONAL

A construção de estratégias de fortalecimento dos sujeitos, no presente artigo, focaliza os mecanismos de proteção social, compreendida não como o paternalismo estatal, mas como fator que apóia ou encoraja os sujeitos a enfrentar as situações de risco e vulnerabilidade social que são colocados.

Neste aspecto, o Assistente social que trabalha nos CRAS é convidado a pensar a questão do desenvolvimento da resiliência, mas do que um instrumento de trabalho, mas como uma direção social e política quando pensada sob a ótica da proteção social básica e a perspectiva do fortalecimento do grupo familiar no enfrentamento das expressões da questão social.

Essa prerrogativa implica um profissional capaz de construir estratégias de ação e intervenção que esteja em constante relação teoria/prática, sob a perspectiva de apreender a realidade em sua totalidade. Neste sentido, Marilda lamamoto (2006, p.62) afirma que:

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais quotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas quotidianas.

Desse modo, conhecer e compreender a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho profissional, no qual conhecer as trajetórias de vida e os significados dessas vivências para os sujeitos é fundamental par impulsionar mudanças.

Segundo Vicente de Paula Faleiros (2002, p. 78) “Quando um determinado sujeito procura ou se vê diante do Serviço Social, ele está numa trajetória de fragilização, de perda de patrimônio ou referencias, sem o atendimento de suas necessidades básicas [...]”. Nesta perspectiva, o autor propõe como uma estratégia de intervenção profissional o fortalecimento do dominado (*empowerment*).

Sob esse paradigma, as estratégias de intervenção estão articuladas com as trajetórias dos sujeitos, que devem consequentemente visar fortalecer o poder desses sujeitos dominados nas suas relações sociais.

Para tanto, o fortalecimento implica no desenvolvimento da autoestima, da confiança, da autonomia, da emancipação, da expansão dos indivíduos construindo novos significados nas relações sociais, enfatizando o desenvolvimento da capacidade de reproduzir-se no cotidiano, recusando os processos de alienação, tutela, fragilidade, vulnerabilidade etc.

Trata-se de processos avessos á exclusão social. Todas essas capacidades exigem no primeiro momento pessoas que desenvolvam a resiliência, capazes de resistir as adversidades e as vulnerabilidades, com certeza, terão forças para lutar por condições melhores de vida. A resiliência e o fortalecimento do grupo familiar compartilham um aspecto fundamental: mudanças na qualidade de vida das pessoas, no sentido em que apenas ser resiliente não tira as pessoas das situações de vulnerabilidade, porém consideramos o princípio para o impulso de mudanças, pois pessoas fortes, confiantes são capazes de transformar sua vida.

Neste aspecto o Assistente Social torna aliada da população usuária dos Serviços Sociais, no sentido de superar o mero gerenciamento de programas e projetos. Suas estratégias profissionais convergem em ações voltadas para o fortalecimento das pessoas, com o objetivo de construir respostas profissionais no enfrentamento da questão social.

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. <grifo do autor>(IAMAMOTO: 2006, p. 21).

Posto isso, o CRAS-CAMBUCI da cidade de Presidente Prudente assinala a necessidade do trabalho de fortalecimento das famílias, de mediar o desenvolvimento das famílias, no sentido de resignificar as relações internas e sociais dessas famílias cuja trajetória é marcada pela exclusão social e situações de risco. Por meio de um trabalho de (re)estruturação de vínculos e referências. Ao investigar a realidade das famílias que são usuários do CRAS-CAMBUCI identificamos parcialmente que a grande maioria está inserida em situações de risco

reafirmando a necessidade de apoio social, no qual o CRAS deve fortalecer as redes de proteção dessas famílias, focando o trabalho profissional do Assistente Social como mediador do desenvolvimento da resiliência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto do presente artigo, tecemos algumas considerações finais sobre os CRAS, que imprime a proteção social básica, no qual a atuação profissional é compreendida fundamentalmente como mediadora do desenvolvimento da resiliência.

Como produto da reflexão da própria prática profissional acreditamos que a realidade das pessoas está não somente permeada de vulnerabilidades, mas também de muitas possibilidades.

Pensar a questão da resiliência como eixo integrador da ação profissional e do fortalecimento das famílias, implica em traçar um horizonte de mudanças, no sentido em que as famílias possam descobrir suas potencialidades, resistir e lutar contra suas vulnerabilidades, pois pessoas resilientes capazes de resistir as adversidades, e sentindo-se apoiadas por uma rede de proteção são capazes de transformar a própria realidade.

Através a esse movimento, a ação profissional do Assistente Social é fundamental, pois capacitando e fortalecendo as famílias, este apontar seu trabalho para uma direção ético-política e social, que provoque mudanças na realidade dessas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIO, D.; KOLLER, S.H.; YUNES, M.A.; (org.) **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FALEIROS, V. P. (coord.) **Estratégias em serviço social** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.